

CRÉDITOS DE CARBONO

A NOVA FRONTEIRA DO NEOCOLONIALISMO NO SÉCULO XXI

Uma análise crítica sobre a expropriação de estoques históricos e a falácia da adicionalidade no Hemisfério Sul

O Surgimento do Colonialismo de Carbono

O regime climático global, consolidado sob a égide do Acordo de Paris, estabeleceu uma arquitetura de mercado que, sob o pretexto da urgência ambiental, reedita lógicas seculares de dominação. O chamado *Carbon Colonialism* (Colonialismo de Carbono) manifesta-se na transformação da biosfera do Hemisfério Sul em um ativo financeiro destinado a compensar a inércia industrial das superpotências do Norte Global. Ao converter florestas e ecossistemas em "sumidouros" comercializáveis, as nações desenvolvidas terceirizam a responsabilidade pela mitigação, mantendo seus padrões de consumo e produção enquanto impõem restrições soberanas aos países em desenvolvimento.

A Falácia da Adicionalidade e o Apagamento dos Estoques Históricos

A pedra angular do mercado de carbono contemporâneo reside no conceito de adicionalidade. Esta métrica determina que apenas projetos que demonstrem uma redução de emissões que não ocorreria sem o incentivo financeiro podem gerar créditos. Tal premissa carrega uma distorção ética e técnica profunda: ela ignora sistematicamente os estoques históricos de carbono mantidos por séculos por comunidades tradicionais e povos indígenas na América Latina e na África.

Ao priorizar a adicionalidade, o sistema financeiro cria um incentivo perverso à degradação. Uma floresta primária preservada, que estoca bilhões de toneladas de CO₂, possui valor de mercado nulo por ser considerada "estática". Em contrapartida, áreas sob ameaça iminente de desmatamento ou projetos de reflorestamento rápido em monoculturas são supervalorizados. Este mecanismo pune os guardiões históricos da natureza e premia a lógica do risco, tratando a conservação não como um serviço ecossistêmico contínuo, mas como uma variável de ajuste para fluxos de capital voláteis.

Geopolítica da Expropriação: África e América Latina

A implementação desses projetos tem resultado no fenômeno do *Green Grabbing* (Grilagem Verde). Na Bacia do Congo e na Amazônia, vastas extensões territoriais são cercadas e privatizadas por corporações transnacionais para a geração de créditos de carbono. Este processo frequentemente resulta no deslocamento forçado de populações locais e na criminalização de práticas ancestrais de manejo da terra, sob a justificativa de "proteção ambiental" ditada por escritórios em Londres ou Nova York.

A soberania nacional dos países do Sul Global é erodida à medida que o controle sobre o uso do solo passa a ser ditado por contratos de longo prazo (muitas vezes de 30 a 100 anos) com entidades estrangeiras. Estes contratos imobilizam o desenvolvimento econômico regional em troca de pagamentos irrisórios, comparados ao valor que esses mesmos créditos alcançam nos mercados secundários europeus.

Por uma Justiça Climática Autônoma

A transição para uma economia de baixo carbono não pode ser construída sobre os alicerces da expropriação colonial. É imperativo que os países do Hemisfério Sul rejeitem metodologias que invisibilizam seus estoques históricos e exijam reparações diretas pela dívida ecológica do Norte, sem a intermediação de mercados de compensação que perpetuam a dependência.

A verdadeira justiça climática exige o reconhecimento da soberania territorial e a valorização da conservação como um direito, não como uma mercadoria adicional. O enfrentamento da crise ambiental global requer a descolonização das métricas de carbono e a interrupção da lógica que trata o Sul Global como o "quintal ecológico" das superpotências.

Luiz Carlos Zancanella, D.Sc. CEO da SafeCarbon

Fonte: Instituto de Estudos Geopolíticos do Sul Global